

A REFORMA

Informativo do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira - Direito / UFRJ Ano I - Nº 2 Maio/2002

Editorial

A *Reforma*, após algum tempo de ausência, reaparece com sua proposta de ser mais um veículo de participação discente, seja no processo de discussão relativa aos assuntos de âmbito interno, seja enquanto meio a ensejar o debate crítico das questões contemporâneas que se encontram em maior evidência em nossa realidade.

Uma nova diretoria do CACO foi eleita. Em janeiro deste ano, a gestão Ruptura foi reeleita com mais de 900 votos, o que demonstra que os estudantes da FND reconhecem o valor das ações que foram empreendidas ao longo da gestão e ratifica a necessidade de os alunos continuarem se mobilizando a fim de possibilitar a melhoria da qualidade de ensino da nossa Faculdade.

Depois de uma greve vitoriosa em que se aprofundou o debate e o repúdio da comunidade universitária à política educacional de FHC, em que ficou claro o total descaso do governo com a universidade pública no país, essa edição de *A Reforma* se insere no contexto da luta dos estudantes da Faculdade Nacional de Direito por uma educação compatível com a sua tradição, que há muito tempo simboliza o nome desta Casa.

Neste marco a luta do CACO contra a atual direção e seus desmandos permanece intensa. Em janeiro deste ano a dupla Armênio/Maria da Penha, em uma tentativa desesperada de se legitimar no poder, tentou realizar uma consulta eleitoral antidemocrática (por seus critérios que faziam com que o voto do conjunto dos alunos representasse apenas 15% do total) e ilegítima (por ter sido ilegalmente convocada sem a realização de uma congregação) para diretor que resultou em indignação e repulsa junto ao corpo discente e entre funcionários e professores não comprometidos com suas arbitrariedades. Felizmente esta tentativa foi frustrada com dois vitoriosos atos de estudantes chamados pelo CACO na semana da tal "eleição".

Mas as aulas de gestão democrática e compromisso com a FND da direção não pararam aí. Em fevereiro deste ano foram liberadas, em consequência da vitória da greve, quatro vagas para concurso de professores adjuntos (nível 4, que exigem doutorado). Estas vagas poderiam diminuir o déficit de professores qualificados de nossa casa e assim elevar o nível de nossa formação se não fosse um detalhe: a direção simplesmente não divulgou amplamente o edital do concurso e como ninguém sabia da existência das vagas não houve nenhuma inscrição para o mesmo, cujo prazo de realização já terminou. Resultado: a FND pode ter perdido mais essas quatro preciosas vagas para professor. Tudo isso porque não interessa à direção que sejam contratados professores doutores, uma vez que estes poderiam no futuro vir a ameaçar o cargo do diretor Armênio.

O CACO, portanto, não deixa de se manifestar perante as injustiças, seja na FND ou fora dela, pois, como uma vez afirmou o notório filósofo Jean-Paul Sartre, "um homem nada é senão um contestador" e, por isto, trazemos matérias que se preocupam com a problemática do mundo contemporâneo, como o plebiscito contra a Alca e o Fórum Social Mundial.

Mas a luta continua e somente com a participação de todos existe chance de vitória. O jornal *A Reforma* e o CACO estão abertos a todos aqueles que, das mais variadas formas, estejam dispostos a contribuir com a construção de um ambiente de respeito à democracia e à participação de todos, com a defesa da universidade pública e da FND e assim com a valorização de nossos diplomas no âmbito interno e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, sem oprimidos e opressores em nosso país e no mundo. Mãos a obra!

FND está com quadro docente defasado

Metade dos professores efetivos estão de licença. Substitutos dão 70% das aulas ministradas atualmente.

Página 9

CACO esteve presente no Fórum Social Mundial

Encontro reuniu mais de 50 mil pessoas em Porto Alegre.

Página 4

Jogos Jurídicos Nacionais começam em maio, participe!

Página 12

Alca: construir um grande plebiscito continental para derrotá-la

Página 3

MBA's não têm nenhum compromisso com a Universidade

Página 2

“Não buscamos outra coisa.
O impossível é um pão em cada boca
Uma justiça de olhos lúcidos
Um encontro com cada fonte no fim do dia.
Somos realistas, companheiro,
Queremos o impossível.”

Escrito em um muro de Paris durante as manifestações do maio de 68

**Direção da Faculdade Nacional de Direito
quer se perpetuar no poder**

Página 8

Por dentro da UFRJ

Valeu a pena!

Essa coluna tem por objetivo informar os alunos da Faculdade Nacional de Direito sobre os acontecimentos na nossa Universidade. A UFRJ é a maior Universidade Federal do país e está entre as melhores. Mas problemas não faltam. É possível ver a cada dia os efeitos dos cortes de verbas do governo: os ônibus do Fundão são cada vez mais escassos, a universidade que já contou com quatro bandejeões hoje não possui mais nenhum, as instalações das faculdades e principalmente do alojamento pioram visivelmente, o programa de bolsas está ameaçado, a Coppe e a Coppead oferecem cursos pagos a preços altíssimos etc.

Como se tudo isso não bastasse, nós tivemos nos últimos quatro anos um reitor imposto pelo ministro Paulo Renato. Vilhena era o último candidato das eleições e mesmo assim foi nomeado, para que o governo federal pudesse concretizar a privatização da Universidade. No entanto, no ano passado, os estudantes, funcionários e professores da UFRJ entraram em uma greve vitoriosa, na qual foram conseguidas diversas conquistas para a Universidade como, por exemplo, o concurso público para professor que não ocorria desde 98, verbas para a assistência estudantil e a unidade das três categorias (professores, funcionários e alunos) que possibilitaram as vitórias da greve.

Essa foi, sem dúvida, a maior greve já vivida pelas universidades federais. Cerca de 52 IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) pararam completamente por mais de 90 dias e marcaram de certa forma a história do país. A unidade do movimento, por exemplo, colocou juntos professores, alunos e funcionários os quais atuaram ativamente, defendendo, até mesmo, uma pauta única construída pelas principais reivindicações destas três categorias. O resultado foi que nós conseguimos garantir: concurso público para 2.000 servidores por RJU (Regime Jurídico Único); reajuste nos vencimentos de professores e funcionários, o que não ocorria há quase oito anos; a inclusão de verbas para a assistência estudantil, para o PET e para as bolsas de pesquisa e extensão e a derrota do projeto de emprego público do governo que previa a mudança do Regime Jurídico Único (RJU), para a CLT.

Mas os ganhos não param por aí.

Os atos construídos nas assembleias, principalmente o que adiou o vestibular, mostraram a força que a comunidade acadêmica possui e a possibilidade de construir a tão almejada universidade pública, gratuita e de qualidade. Hoje, também graças a estas manifestações, Paulo Renato é um ex-presidênciaável; Vilhena encara uma grande rejeição (a campanha FORA VILHENA), dentro e fora da universidade; e o processo de sucateamento feito pelo governo seguindo os ditames do Banco Mundial e do FMI sofreu uma derrota.

Ninguém faz greve porque gosta e sim por necessidade, portanto se você está irritado pelo atual calendário da UFRJ, culpe o governo federal, pois as dificuldades impostas por FHC quando, por exemplo, corta verbas ou salários de professores e funcionários, proíbe concursos para professores, dentre outras, não são poucas e a greve tem sido a única saída para reverter este processo. Enfim, esta greve significou um ar para a sufocante situação acadêmica e estrutural da UFRJ, e por isso, sem sombra de dúvida valeu a pena.

Para dar continuidade ao processo vitorioso da greve, as entidades representativas da comunidade universitária: Adufrj-SSind, Sintufrj, DCE e APG realizaram, em janeiro, um seminário para discutir um programa para a Universidade: "Uma outra UFRJ é possível." Centenas de pessoas participaram e contribuíram para apontar elementos do que deve vir a ser um programa para a UFRJ. A importância desse seminário foi a conscientização das entidades de que, no momento de escolha de um novo reitor, não será através de nomes que a UFRJ vai mudar, que é preciso cobrar que o reitor se comprometa com as reivindicações pois a democracia e a autonomia indispensáveis à UFRJ não serão obra de nenhum reitor. Assim, nesse ano nós tivemos as eleições para reitor. A consulta prévia oficial foi realizada nos dias 12, 13 e 14 de março. A proporcionalidade das eleições foi de 70% para docentes; 15% para estudantes; e 15% para técnicos-administrativos. O peso de 70% para docentes é exigido pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), e é mais uma forma do governo federal criar estruturas autoritárias de gestão da instituição.

Os candidatos que participaram

das eleições foram: Carlos Lessa, Eloy Eharaldt e Person Cândido. Após a cobrança do movimento dos técnicos administrativos e dos alunos, os três candidatos declararam publicamente que só reconheceriam o resultado na paridade e só aceitariam sua inclusão na lista tríplice caso fossem vitoriosos nesse tipo de consulta. No entanto esse compromisso não pôde ser considerado uma vitória já que a anseio geral era que a eleição fosse feita através do processo paritário e que houvesse o fim

da lista tríplice, para que o reitor eleito fosse o reitor empossado sem haver a necessidade de se enviar uma lista tríplice para o governo federal.

O CACO decidiu não apoiar nenhum candidato, porém se comprometeu a apoiar a posse do candidato que ganhasse na contagem paritária e em levar até o final a campanha pelo "FORA VILHENA", pois temos plena certeza que só através das mobilizações conseguiremos uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

MBA's não geram conhecimento

É inegável a grande explosão de cursos pagos dentro das Universidades públicas, como pós-graduação *lato sensu* em forma de MBA. É um curso voltado para a área corporativa, orientado às exigências do mercado, que não institui vínculo com a Universidade. Mas o que isso significa para nós estudantes da graduação? A aparição destes cursos demonstra na prática o resultado da política do governo federal para a educação, a qual segue os ditames do Banco Mundial e do FMI, que aplica, além destes cursos, o corte de verbas, a proibição de concursos públicos, os ataques à assistência estudantil, enfim, a política de sucateamento da Universidade pública. Dentro deste quadro, o MBA é sem sombra de dúvida, o reflexo deste sucateamento, pois representa uma perspectiva de mercantilização do ensino. Como conseqüência, ocorre o rompimento com o princípio da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, que liga diretamente a pós-graduação - principal responsável pelo contato da Universidade com a sociedade - à graduação e à extensão. Isso seria exemplificado no fato de os professores lecionarem tanto na pós quanto na graduação, ou no fato de os conhecimentos produzidos pela pós serem aplicados à graduação; seria impossível com o MBA, pois ao contrário da pós-graduação *strictu*

sensu, este não cria vínculos com a Universidade, exceto pela utilização do nome e espaço da instituição de ensino pública. A situação é tão grotesca que o MBA chega ao cúmulo de ser apelidado de curso caça-níquel pelos professores que discutem universidade, e até um dos piores interventores do governo nas universidades, Vilhena, reclama constantemente deste tipo de pós. O CACO é contra os cursos pagos, portanto defende incondicionalmente a pós *strictu sensu*, que além de ser pública e gratuita, gera a melhora qualitativa do quadro geral da Universidade, pois implica professores gabaritados trabalhando de uma forma conjunta na graduação e pós, desenvolvendo conhecimentos novos, insubordinados aos interesses momentâneos do mercado. Diante de um quadro acadêmico extremamente deficiente na FND, não poderíamos deixar de exigir que a Direção da faculdade se manifeste em relação ao processo de criação de mestrado (pós *strictu sensu*), que está a mais de um ano parado por falta de iniciativa desta. Além disso, somos radicalmente contra o MBA, por entender que este só favorece a privatização da Universidade/Faculdade. Convidamos, também, os alunos para dizerem não à privatização da Universidade, não ao MBA e sim a pós-pública, gratuita e de qualidade.

Expediente

A **Reforma** é o órgão informativo do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Direito UFRJ)

E-mail: areforma@hotmail.com

Impressão: Gráfica Tipológica

Diagramação: Alexandre Resende

Conselho Editorial:

Ana Paula Pinheiro (2PM)
 Christianne Flores (4PM)
 Fabiano Serra (8PM)
 Johnny Felipe Alves (5PM)
 Maira Fernandes (4PM)
 Saulo Souza (6PN)

Colaboradores:

Ayres Azevedo (7PM)
 Carlos Eduardo Rangel (5PN)
 Clara Cerqueira (7PN)
 Marcus Vinícius (7PN)
 Patrick Galba (7PM)

Nosso agradecimento ao IAB que tornou possível a produção desse informativo



Alca: acordo é para legalizar a colonização da América

Todos sabem que a Alca é uma proposta de que se reúnam em um mesmo bloco comercial a maior potência imperialista do planeta, os EUA, e os outros países da América (com a exceção de Cuba). De acordo com a maioria dos jornais a Área de Livre Comércio das Américas traria como principal benefício para os países da América Latina a abertura do poderoso mercado norte-americano, que se tornaria acessível aos produtos brasileiros gerando mais investimentos, mais comércio, mais exportações e mais empregos com a queda das barreiras alfandegárias. O que a grande mídia não revela é que a Alca não será uma área de "livre comércio", onde competirão em igualdade de condições as empresas da Bolívia e do Canadá, por exemplo. Será uma área para a livre exploração das empresas transnacionais vinculadas ao imperialismo norte-americano sobre o conjunto da América Latina. Enquanto os EUA exigem dos demais países a abertura de seus mercados, mantém uma série de medidas protecionistas a setores de sua economia, por exemplo, a indústria do aço. É interessante notar que estas medidas não cessariam com a implementação da Alca uma vez que se tratam de barreiras não-tarifárias (subsídios, por exemplo).

A negociação para a implementação da Alca tiveram início na cidade de Miami em 1994, quando os presidentes dos 34 países que integram a mesa de negociações se reuniram, iniciando-as formalmente. Desde então realizaram-se as conferências de Santiago do Chile em 1994 e em Quebec no Canadá este ano. Os prazos indicam o final das negociações para janeiro de 2005 e a entrada em vigor da Alca para janeiro do mesmo ano. No entanto, se



Os protestos contra a criação da Alca no Fórum Social Mundial mobilizaram grande parte dos participantes.

dependem do ânimo do governo dos EUA as negociações se encerram já em abril do ano que vem, na 4ª cúpula da América em Buenos Aires. Esta disposição de impor a Alca já em 2003 fica clara com a recente insistência do governo Bush em aprovar no congresso americano o chamado *fast-track*, que permite ao executivo americano negociar os acordos sem a interferência do legislativo. A total impertinência destas negociações reside também no fato de que dela não participam as organizações da sociedade civil nem os movimentos sociais, que se quer podem ter acesso a elas, mas aos representantes das empresas transnacionais é concedido o direito de participação.

Um bom parâmetro de comparação para sabermos o que acontecerá com os países da América Latina caso a Alca seja realmente aprovada é a atual situação do México, que faz parte do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta). A economia

mexicana encontra-se desnacionalizada, setores como o bancário e o industrial encontram-se quase que totalmente nas mãos do capital estrangeiro. A Pemex (correspondente a Petrobrás) foi oferecida como garantia a empréstimo do FMI durante a crise econômica de 1994. A pobreza e o desemprego cresceram vertiginosamente. Em 1994 16% da população mexicana encontrava-se abaixo da linha da pobreza, hoje este número chega a 58%. Nos últimos anos os salários tiveram correções de 130% enquanto a inflação foi 560%. Hoje o salário de um operário industrial mexicano é 15 vezes menor que o de um trabalhador americano pela mesma produção, antes do Nafta era 4 vezes menor. O México tem que importar até mesmo gêneros agrícolas e de subsistência (arroz, algodão, etc...) que antes exportava.

Neste sentido a Alca representa um avanço ainda maior que o Nafta na recolonização e na rapinagem das ri-

quezas dos países latino-americanos, pois entrariam em jogo, por exemplo, a questão dos recursos energéticos (petróleo, gás, eletricidade, água, etc.) que se tornariam "propriedade hemisférica", o que significa "norte-americanizar" a energia. Outro desdobramento desta medida seria a internacionalização do melhor da Amazônia (incluindo a brasileira), levando para o controle do imperialismo americano toda a biodiversidade de nossas matas.

Desta maneira a Alca não pode ser considerada senão como o instrumento jurídico-político imperialista para legalizar e aprofundar a recolonização da América Latina.

Plebiscito em setembro

Entre os dias 1 e 7 de setembro estará sendo realizado em todo o país um grande plebiscito para que o povo brasileiro diga se é a favor ou contra a implementação da Alca. Este plebiscito faz parte de uma campanha continental que teve início com o encontro hemisférico de luta contra a Alca em Havana. Fazem parte desta campanha organizações da sociedade civil, CUT e sindicatos, a Igreja Católica e os partidos políticos da esquerda (PT, PSTU, PCB e PCdoB) entre outros. A proposta é que se organizem comitês do plebiscito em toda paróquia, sindicato e entidade estudantil, estes comitês deverão organizar o plebiscito em si, bem como toda a campanha relacionada a esta temática que consiste em palestras, discussões e principalmente a participação das entidades nos grandes atos de massas que podem derrotar este projeto entreguista. Estamos propondo a formação de um Comitê do plebiscito contra a Alca no CACO, quem estiver interessado em participar pode se informar no CACO com os diretores.

Todo apoio às ocupações!

Nestas últimas semanas, a grande mídia fez de tudo para desacreditar um dos movimentos sociais mais importantes do país, o MST. FHC até chegou a comparar os atos do movimento, principalmente a invasão de suas propriedades em Buritis, com atos terroristas, aproveitando a desculpa que levou a Guerra ao Afeganistão, e leva hoje ao massacre do povo palestino promovido pelo Estado sionista de Israel.

Mas o que ninguém percebe é o fato da reforma agrária de FHC ser uma ficção, pois há 45% das terras produtivas do país nas mãos de 2% de proprietários. Perto de 920 mil

pequenas propriedades com menos de 100 hectares desapareceram nestes últimos anos. Houve uma queda significativa do orçamento para a reforma agrária indo de 2,7 bilhões de reais em 1997 para 1 bilhão em 2001. Os números do Incra, portanto, desmentem a propaganda oficial do governo, colocando o número de assentamentos em torno de 254 mil, muito diferente dos 500 mil que FHC afirmou que conseguiu em seu segundo mandato.

E em Buritis as mentiras continuam. Depois de "enrolar" o movimento há mais de dois anos, deixando de lado as reivindicações dos sem-terra como

obras de infra-estrutura e construção de escolas nos assentamentos existentes - um dos motivos que levou a invasão da fazenda - o governo mostrou como trata os trabalhadores e suas reivindicações. Após uma saída negociada com os sem-terra envolvendo a promessa de nenhuma prisão e de uma audiência com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, os líderes do movimento foram presos e o movimento foi enganado e humilhado de tal maneira que os negociadores do governo pediram exoneração dos cargos.

Vale lembrar que não estão presos os responsáveis pelos massacres dos

Carajás e de Corumbiara. Mas os que lutam pelo direito de ter um pedaço de terra, pelo direito à comida e a ter uma casa, já que é isso que significa uma reforma agrária no atual quadro fundiário brasileiro, estão. Contudo, estes fatos só fazem do MST um dos movimentos mais sérios do país o qual demonstrou e demonstra que o pouco que conseguiram foi feito com muitas lutas, ou melhor ocupações. Assim, esta forma vem cada vez mais se firmando como a única maneira de conseguir deste governo submisso aos interesses dos grandes latifundiários algum avanço da reforma agrária.

Por isso, **todo apoio às ocupações!**

Fórum Social Mundial reuniu 50 mil pessoas em Porto Alegre

CACO esteve no encontro com oito representantes

A segunda edição do Fórum Social Mundial reuniu mais de 50 mil pessoas por cinco dias em Porto Alegre e o CACO esteve presente com 8 delegados. Foi o maior encontro já organizado na busca de alternativas à globalização neoliberal. Além da participação esmagadora do movimento social brasileiro, foi marcante a presença de importantes delegações internacionais, particularmente de argentinos, italianos, norte-americanos e uruguaios, entre outras. Durante cinco dias mais de 800 conferências, seminários e oficinas e duas grandes marchas foram realizadas.

Um encontro desse tipo é sempre importante como um momento de troca de experiências entre os militantes de todos as partes do planeta e como espaço para a apresentação dos grandes intelectuais que refletem sobre novas propostas de alternativas globais, como os portugueses Boaventura de Sousa Santos e Miguel Urbano Rodrigues, o egípcio Samir Amin, os norte-americanos Noam Chomsky e James Petras, o brasileiro Emir Sader e o belga François Houtart.

Destacamos, entretanto, que apesar do grande acontecimento que foi o Fórum, este ainda apresenta algumas debilidades que dificultam o seu pleno desenvolvimento. Não podemos negar o papel que hoje desempenham muitas ONGs no movimento internacional antiglobalização, mas a organização do FSM se concentrou em demasiado em torno delas, sobretudo as européias. Isso levou a uma certa discriminação além de uma agenda de discussões muito eurocêntrica.

Vale lembrar que nomes e organizações que poderiam impulsionar tanto as discussões quanto os atos foram vetados pela organização do Fórum, demonstrando uma intolerância ideológica inadmissível. Não podemos esquecer a lição do eminente Professor Boaventura, da Universidade de Coimbra, que em suas teses sobre a democracia nos fala também em se democratizar as organizações sociais, tanto em seu conteúdo quanto em suas inter-relações. Os partidos políticos não puderam se inscrever como tais. Os presidentes Fidel Castro e Hugo

Chávez não puderam se inscrever. O ativista francês José Bové e a líder das Mães da Praça de Maio, Hebe de Bonafini, foram convidados à margem pelo MST, que também teve pouco espaço de participação. As organizações que devido à pouca democracia em suas terras buscam o caminho das armas tiveram dificuldades em se credenciar, como é o caso das FARC e do Exército Zapatista, responsáveis pela realização das maiores atividades no penúltimo Fórum. Temas importantes vividos hoje na conjuntura internacional, como a Alca, assunto central na recente Conferência de Havana, o Plano Colômbia e a agressão ao povo palestino tiveram pouco destaque. Apesar desses problemas, foi levada adiante a marcha contra a Alca (um dos eventos que na verdade marcaram o encerramento do 2º Fórum) com a participação de 25 mil pessoas.

Outro ponto negativo foi a pequena participação da juventude, que ficou muito isolada e limitada às atividades ocorridas no seu acampamento. Não que houvesse algum tipo de bloqueio, mas a organização não ajudou.

O Fórum ficou muito restrito a palestras e seminários, como se bastasse ouvir os grandes intelectuais e lideranças sociais que dele participaram. Faltou uma participação mais ativa dos delegados através da votação de documentos e resoluções, e da construção de agendas mais unificadas de coordenação da resistência global. Era justamente nesses pontos que se esperava um maior avanço nessa 2ª edição do FSM.

Mesmo assim, tivemos o importante lançamento do manifesto *O grito das Américas*, que propõe a luta contra a dominação imperialista (econômica e militar) e apóia a realização de plebiscitos sobre a Alca, em todos os países do continente.

Também damos destaque aos inúmeros seminários e oficinas que abordavam temas como socialismo (“Um outro mundo socialista é possível”), Dívida Externa, Alca, a guerra de agressão imperialista sobre o Afeganistão. Em geral, estes eventos não se resumiram a meros debates. Os seminários em torno da Alca também



Samuel Pinheiro Guimarães, com a bandeira do CACO no Fórum Social Mundial: o embaixador brasileiro que teve coragem para criticar a Alca, foi aluno da Faculdade.

serviram para preparar a deflagração da campanha pelo plebiscito. Assistimos a um belíssimo Tribunal da Dívida Externa, com a participação de pessoas de vários países que, ao relatarem as situações vividas em suas terras, foram unânimes em condenar essa forma cruel de exploração sobre os povos.

Outra referencia que merece ser abordada e o impacto que a crise argentina teve sobre o Fórum, expressa não apenas na presença de centenas de ativistas argentinos nas passeatas e debates, mas na sua própria dimensão política, que foi uma referência obrigatória em muitas conferências.

As edições do Fórum Social Mundial não acabam por aqui, haverá uma terceira que se realizará também em

Porto Alegre, no início de 2003, enquanto a quarta talvez venha a ser na Índia. Esperamos que aglutinem mais pessoas em torno de uma saída clara de ruptura com o modelo neoliberal. Esses eventos demonstram que somos contra a globalização do capital, do FMI e do Banco Mundial. Em oposição a ela defendemos a globalização dos oprimidos em luta contra o imperialismo e a exploração do homem pelo homem, que seja baseada na fraternidade e na troca de conhecimento entre os povos.

Contamos também que no próximo FSM o CACO também consiga organizar uma delegação muito maior. Esse é um evento que merece contar com todo o nosso apoio, pois cultiva a esperança..

Campanha de solidariedade ao povo palestino

“Este é um capítulo triste e vergonhoso da história do Estado de Israel. Não é apenas o que se vê, mas o odor do local. O odor é de corpos em decomposição, o cheiro está por todo lugar”. Este foi o testemunho horrorizado do enviado da ONU para o Oriente Médio, o norueguês Terje Roed-Larsen, ao ver o que sobrou do campo de refugiados de Jenin, depois de 21 dias de ataques do exército israelenses. O número de mortos é estimado em 500 apenas nessa localidade. O diplomata disse ainda que havia “um sofrimento em massa entre a população civil”. Hoje a humanidade assiste a um dos mais cruéis genocídios da História Contemporânea. De um lado um dos exércitos mais bem armados do mundo, o israelense, financiado pela maior potência econômica e político-militar de todos os tempos, os Estados Unidos da América. Do outro lado, um povo que resiste com tudo aquilo que as difíceis condições permitem que chegue às suas mãos, e que na maioria das vezes são apenas pedras. Essas têm sido as principais armas dos palestinos e o próprio nome **INTIFADA** não significa nada mais do que “revolta das pedras”. Isso em uma região que fez da derrota de um gigante a pedradas um dos mais fortes mitos da cultura ocidental.

Nesta mais recente ofensiva militar o exército de Israel tem utilizado a tática de terra arrasada, se comportando como uma verdadeira horda de bárbaros modernos. Liderada por um notório criminoso de guerra, o primeiro-ministro Ariel Sharon, responsável pelo extermínio de milhares de civis no Líbano em 1982, nada parece saciar sua sanha homicida. Apesar dos limites impostos por Israel à completa cobertura da imprensa, especula-se que os números sejam catastróficos. Têm ocorrido execuções, prisões e torturas em massa. A tortura contra palestinos, inclusive, sempre foi admitida e defendida oficialmente pelo Estado de Israel. Qualquer um que fure o toque de recolher imposto a toda a população pode ser abatido a tiros, e quando se quer localizar algum “terrorista”, prefere-se destruir todas as construções da área, desalojando milhares de pessoas. Desde o início desta operação mais de mil casas teriam sido completamente demolidas. Traduzindo ainda mais o completo descaso pelo povo palestino, Israel tem dificultado e até impedido a entrada de equipes médicas e de remédios na região; a luz e o suprimento de água também têm sido cortados. Todas essas denúncias não são apenas propaganda da causa palestina, mas o testemunho de jornalistas e de organizações pacifistas e de direitos humanos presentes no território israelense.

Israel pretende com a atual ofensiva impedir, através da destruição da infra-

estrutura, qualquer viabilidade de um Estado palestino. Quer reproduzir no Oriente Médio o mesmo apartheid visto na África do Sul, que, aliás, tinha seu exército racista armado e equipado principalmente pelos israelenses. As terras palestinas estão se tornando os atuais bantustões, faixas de terras miseráveis e fragmentadas onde eram confinadas as populações de negros sul-africanos.

Confundir o Estado com todo um povo e uma religião é se negar a enxergar que nem todos em Israel apóiam os massacres.

Podemos ainda atestar toda a hipocrisia dos EUA no que tange a direitos humanos e resoluções da ONU. Alguém se esquece que a Iugoslávia foi bombardeada com o pretexto de impedir o massacre dos albanos-kosovares, e que o Iraque até hoje é condenado à miséria por um cruel bloqueio econômico, com o argumento de que se coloca a margem do direito internacional? Nenhum país descumpra mais resoluções da ONU do que Israel, e são várias as que se pronunciam a favor da desocupação dos territórios conquistados na Guerra de 1967, pela criação de um Estado palestino e pelo retorno de todos os refugiados. Podemos assim nos apoderar de um termo tão ao gosto do governo Bush e classificar Israel como um verdadeiro Estado bandido.

O completo descaso pelos direitos humanos dos palestinos só tem uma explicação: para os governos fascistas de Israel os árabes não são seres humanos. A roupagem ideológica que procura justificar esses massacres deve ser procurada no sionismo, que acompanha desde a origem o Estado de Israel. Esta ideologia já foi inclusive condenada pela Assembléia Geral da ONU (resolução 3379 de 10/11/1975) como uma forma de racismo. O sionismo longe de ser uma bandeira de liberdade e proteção para os judeus é uma versão do fascismo, assim como o nazismo foi a versão alemã e o salazarismo a versão portuguesa. O fascismo, sectarização máxima da direita, foi ao longo de todo o século XX o maior inimigo da democracia e da liberdade dos povos; é uma ideologia e uma prática que leva à irracionalidade e à negação da civilização. O sionismo tem um forte componente racista, amparado na fantasia absurda de que há um povo eleito por Deus e que, portanto, superior aos outros. A ideologia sionista alimenta o projeto de Israel como um Estado imperialista e militarista, racialmente puro, que deve triunfar sobre os outros e não buscar a paz com seus vizinhos. A

relação profunda que há entre Israel e os EUA, que faz com que ambos se confundam (apenas como informe, Israel é o único país que sempre vota com os EUA na ONU contra a condenação do bloqueio econômico a Cuba), e o forte lobby sionista nos círculos político e econômico do Império norte-americano permitem que se afirme que o verdadeiro centro mundial do sionismo não está em Tel Aviv, mas nos Estados Unidos. O sionismo não seria, então, uma ideologia hostil apenas aos árabes, mas expressão de desprezo e rancor pelo conjunto da humanidade e que serve aos interesses de uma parcela da burguesia financeira internacional.

Para se entender a raiz do conflito na Palestina é preciso desconstruir alguns mitos criados pela propaganda sionista e espalhada muitas vezes de forma acrítica por parcelas dos meios de comunicação. O primeiro é que qualquer crítica a Israel se configuraria como uma demonstração de anti-semitismo. Nada mais falso. Confundir o Estado com todo um povo e uma religião é se negar a enxergar que nem todos em Israel apóiam os massacres. Que grandioso é o exemplo de dignidade dos que participam do movimento nas Forças Armadas que se recusam a servir nos territórios ocupados. O sionismo é incompatível com as tradições humanistas do povo judaico, que tantos pensadores e artistas de relevo deu a humanidade. Não podemos esquecer dos vários intelectuais judeus que se solidarizam com a causa palestina, como Noam Chomsky e Norman G. Finkelstein nos EUA, Michael Warchawski em Israel e Jacob Gorender no Brasil.

O segundo mito é a crença desse conflito como religioso. Até 1948, data da criação do Estado de Israel e conhecido pelos árabes como a *Nakba* (catástrofe), quando 700 000 palestinos foram expulsos de suas terras, as duas comunidades viviam em relativa harmonia e os judeus estavam muito mais seguros em qualquer terra de maioria islâmica do que na Europa. Esquece-se também que nem todos os palestinos são muçulmanos e que há entre eles muitos cristãos, assim como também não-religiosos e que todos apóiam e participam da resistência e que o maior partido palestino e responsável por liderar a maioria das ações de luta, o *Fatah*, é laico. Foi apenas a criação do Estado de Israel em um território habitado há séculos por outra população que acendeu as desavenças.

Associado aos dois mitos anteriores está o da vitimização de Israel. Tenta-se construir a imagem de que se trata de um pequeno país indefeso, cercado por vizinhos hostis e que odeiam acima de tudo os judeus, prontos a aplicar uma nova solução final frente ao menor vacilo. Na verdade Israel é uma potência militar,

alimentada com vultuosos recursos emanados dos EUA e de burgueses do mundo inteiro e que desde a sua origem sempre se comportou de forma agressiva e expansionista.

O quarto mito é de que se trata de uma guerra contra o terrorismo e para proteger a população civil de Israel. Antes de tudo, não se protege uma população através do extermínio de outra e os números mostram que a morte de palestinos é totalmente desproporcional a de israelenses. As cenas que nós vemos das crianças atirando pedras nos soldados invasores e das mulheres se somando às ações armadas nos mostra que a guerra de Israel não é contra um exército convencional, mas contra todo um povo, e que tem direito a resistir e lutar pela sua liberdade, mesmo que através das armas. Outras nações já seguiram esse caminho na conquista de suas independências. Este é um direito de todos os povos e que não pode ser negado. É claro que devemos repudiar os ataques de qualquer natureza contra civis israelenses, mas não podemos negar que só surgem homens-bomba porque existem jovens desesperados, sem perspectivas, para quem não há diferença entre viver e morrer, porque a vida sob a humilhação e sem nenhuma liberdade é a morte cotidiana.

O sionismo é incompatível com as tradições humanistas do povo judaico, que tantos pensadores e artistas de relevo deu a humanidade.

Em um mundo tão injusto e dividido como o nosso, em uma época de culto ao individualismo e onde globalização não significa necessariamente aumento da fraternidade universal, o exemplo de resistência dos palestinos, principalmente dos mais jovens, estes verdadeiros excluídos da nova ordem mundial, que com quase nada demonstram tanta coragem na defesa de sua causa, que enfrentam de peito aberto um exército tão poderoso, serve para que possamos sair um pouco do curso de nossas vidas particulares e buscar uma reflexão através de valores que apontam que a saída em qualquer lugar - do Brasil à Palestina, passando pela Argentina e Venezuela - deve passar sempre por uma construção coletiva.

O fim do genocídio contra o povo palestino depende de uma forte pressão internacional. Para isso foi montado no Rio de Janeiro por várias entidades da sociedade civil o *Comitê em defesa da resistência do povo palestino*. Participe da campanha de coleta de medicamentos e faça suas entregas no CACO, um dos centros de recolhimento.

Venezuela 2002: Vitória da democracia. Derrota do Império.

Santiago do Chile, 1973. Militares apoiados nas elites locais e nos Estados Unidos bombardeiam o Palácio de La Moneda e derrubam um governo de esquerda democraticamente eleito. O presidente Salvador Allende é encontrado morto. Segue-se nos dias seguintes uma feroz perseguição aos partidários do regime deposto, com a tortura, execução e desaparecimento de milhares de pessoas. A junta militar que assume, liderada pelo general Augusto Pinochet, governa até 1990, assessorada pelos Chicago Boys, economistas da Universidade de Chicago, no que foi considerada a primeira experiência neoliberal da história.

Caracas, Venezuela, 2002. Militares apoiados nas elites locais e nos Estados Unidos tomam o Palácio de Miraflores e derrubam um governo de esquerda democraticamente eleito. O Presidente Hugo Chávez Frías é feito prisioneiro. Segue-se uma caçada aos partidários do presidente deposto, com prisões e um número ainda não totalmente conhecido de mortos. Muitos vão para a clandestinidade. Primeiros atos da junta golpista que assume tendo a frente Pedro Carmona Estanga, próspero empresário do setor petrolífero: revogação da Constituição em vigor, dissolução da Assembléia Nacional, afastamento dos juízes do Supremo Tribunal de Justiça, a retirada do termo Bolivariana (alusão ao herói da Independência Simon Bolívar) do nome

oficial do país, anúncio do fim da venda de petróleo a Cuba e declarações no sentido de abrir o setor petrolífero. O FMI manifestou intenções de ajudar “de qualquer maneira que o novo governo julgue adequada”.

Karl Marx escreveu no prefácio de sua clássica obra “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” que os acontecimentos históricos se repetem duas vezes: a primeira como tragédia e a

O que as classes dominantes venezuelanas e os EUA não esperavam era a resposta que veio do povo.

segunda como farsa. Mas Marx é um pensador sem prestígio entre os que cultuam o pensamento único neoliberal. O que as classes dominantes venezuelanas e os EUA não esperavam era a resposta que veio do povo. Este realmente nunca conta para aqueles que sempre o consideraram um mero detalhe, necessário (afinal alguém precisa trabalhar), mas inconveniente. E foi dessa forma que o povo se comportou. Em Caracas a retomada partiu dos *Cerros*, que cercam a capital e onde estão localizadas as favelas, que literalmente desceram para exigir a volta do governo Chávez e defender

aquilo que chamam de Revolução Venezuelana. Por todo o país se organizou a resistência dos pobres e que nas Forças Armadas se manifestou no pleno apoio dos soldados e oficiais de baixa e média patente.

O governo Chávez vem sacudindo as estruturas arcaicas da sociedade venezuelana, o que atingiu determinados interesses e trouxe a oposição feroz do empresariado, da direita da Igreja Católica e de uma burocracia sindical pelega e corrupta. Toda uma campanha de propaganda, através dos meios de comunicação privados, levou que as camadas médias saíssem as ruas para exigir a saída do presidente. Quem não se lembra da “Marcha com Deus pela Família e pela Liberdade” que antecedeu o golpe militar de 64 no Brasil? Claro que são nessas contradições internas que devemos buscar as raízes principais do malogrado golpe de Estado, mas não podemos fechar os olhos para os fatores externos e tudo vem apontando cada vez mais para alguma participação do governo Bush nesse episódio. Sabemos que aos EUA incomodam a postura anti-imperialista e o discurso a favor da unidade latino-americana e contrário a Alca de Hugo Chávez. Soma-se ainda o agravante de ser a Venezuela o 4º maior exportador mundial de petróleo. Barrar todo esse processo transformador significaria de uma só vez dar um novo impulso a Alca; fortalecer o bloqueio a Cuba, que

hoje tem na Venezuela um aliado político e seu principal parceiro comercial; fechar o cerco as Farc e assim fortalecer o Plano Colômbia; e num momento de crise no Oriente Médio, afastar o país da Opep e inviabilizar qualquer tentativa de uso do petróleo como arma política.

Seriam essas as conseqüências, mas no meio do caminho estava o povo venezuelano. A vitória alcançada não significa o fim das dificuldades para a Venezuela e os desfechos podem ser vários. Esses acontecimentos também serviram para demonstrar pela cobertura simpática da mídia da América Latina ao golpe, exceção de

A vitória alcançada não significa o fim das dificuldades para a Venezuela e os desfechos podem ser vários.

Cuba, qual é realmente a índole “democrática” das nossas classes dominantes. Uma coisa também é certa. Em um continente com sua história manchada por golpes de Estado incentivados pelos EUA podemos dizer que a atitude heróica do povo venezuelano “lavou a alma” latino-americana.

Chapa Ruptura é reeleita com votação expressiva

Nova diretoria é eleita com 95% dos votos

Apesar das tentativas infrutíferas, a direção da FND não conseguiu prejudicar as eleições para o Centro Acadêmico, e conseqüentemente, afetar a todos os alunos da Casa.

Nos dias 18, 19 e 20 de março foram realizadas as eleições para a diretoria do CACO. Aparentemente, a direção deu ordens para que professores cancelassem as provas marcadas nestas datas com o objetivo de esvaziar a Faculdade. Realmente tivemos notícia de que nada menos do que três provas e algumas aulas foram

canceladas ou adiadas - sem motivo aparente - só na segunda-feira. Fato bastante estranho, quando se considera que as eleições ocorreram faltando pouco mais de duas semanas para o fim do semestre letivo.

Ao contrário da direção, o CACO preza para que suas eleições, consultas e assembléias sejam AMPLAMENTE divulgadas e transparentes, de forma a não ensejar dúvidas quanto à integridade de seus atos.

Apesar do esvaziamento da Faculdade, os alunos compareceram às

urnas, ratificando a importância da única entidade representativa dos alunos desta Casa. Esta foi a primeira vez, na história do Centro Acadêmico, que apenas uma chapa concorreu nas eleições. Assim, a legitimação do processo eleitoral se deu através da superação do quorum mínimo: foram **957 votos**, sendo **910** para a chapa **Ruptura**, 34 votos nulos e 13 em branco.

Vale ressaltar que entre os votos nulos havia comentários do tipo “Fora Armênio, Fora Peixes!” e mensagens de boa sorte para a chapa. Qualquer

anotação na cédula eleitoral – fora da marcação do voto – anula automaticamente este.

A contagem dos votos foi realizada pelo professor Luis Felipe Haddad, presidente da Comissão de Apuração.

Participe das atividades do CACO! O Centro Acadêmico somos nós!

Professora faltosa persegue turma que a denunciou

Substituta faltou 40% das aulas em dois meses

A professora Magda Vanuska, Docente Substituta de Introdução ao Direito I, foi a primeira professora que lecionou no 1º período do turno da noite, iniciado no 2º semestre de 2001. Ocorreu o período de greve nas universidades federais e, quando este se encerrou, estava prevista reposição de aulas no fim do mês de Dezembro, no entanto, a professora não apareceu na primeira semana pós-greve sob a alegação de não ter sido avisada pela Faculdade. Durante os dois primeiros meses de 2002, ela teve 40% de presença em sala de aula, visto que deveria ter ministrado doze aulas no período compreendido entre os dias oito de janeiro e cinco de fevereiro, mas somente ministrou cinco. Por tal atitude, a turma apresentou um ofício pleiteando providências para as faltas citadas.

A partir de então a professora mudou suas atitudes, passando a agir de forma austera. Na primeira aula pós-ofício, ela exagerou na quantidade de assuntos lecionados, sem fornecer a devida explicação e o tempo necessário para as anotações. Na aula do dia vinte e dois de fevereiro, houve a primeira prova da disciplina. O resultado foi divulgado quatro dias depois. Uma parcela de alunos não conseguiu nota acima da média e pediu a revisão desta prova por meio de requerimento, já que não concordaram com os critérios de correção adotados. O impressionante é que os requerimentos, devidamente protocolados, somente foram respondidos no dia nove de abril, minutos antes da divulgação das notas da segunda prova. Merece destaque o fato de a professora não ter respeitado o prazo para a divulgação do resultado dos pedidos de revisão, prejudicando aqueles alunos que, ainda não satisfeitos, desejassem entrar com recurso pleiteando uma possível revisão feita por uma banca de docentes. A maioria dos alunos não obteve alteração na nota, e continuou a desejar a revisão, uma vez que tinha certeza que o conteúdo de um bom número das respostas estava correto.

No dia quatro de março, ela apresentou uma conduta antiética, ao comentar que a atitude tomada pelos alunos em relação ao ofício foi “infantil”, “desnecessária” e “irresponsável” e ao falar que, segundo sua

“ética profissional”, “não iria tomar nenhuma atitude em represália à turma”. Mencionou ainda que “nada ocorreu e nem iria ocorrer contra ela enquanto professora”, ao passo que os alunos do 1º período noite estariam desprotegidos. Ficou clara a fragilidade da turma que infelizmente foi “punida” por exercer o direito de reclamação. No seu discurso, a professora substituta disse ainda que, caso “fosse convidada a dar aulas para a turma no período seguinte, não o faria por ter perdido a sua confiança na mesma”. Onde se encontra a “ética” mencionada pela professora Magda Vanuska? No decorrer do período ela ainda fez comentários relacionados à turma, de cunho

pejorativo, especialmente em relação a alguns alunos. Acontece que a professora em questão não está agindo com imparcialidade, pois muitos alunos sentem-se perseguidos e têm medo de possíveis represálias advindas da sua parte. A intenção não é prejudicar a professora, pois a turma deseja apenas obter notas e tratamento justos por parte de seus mestres. Estamos, portanto, colocando em prática os ensinamentos oriundos do Direito, que tanto preza pela realização e pela propagação da Justiça.

No dia vinte e dois de março de 2002, foi aplicada a segunda prova. O resultado foi divulgado no dia nove de abril, sem apresentação dos critérios

utilizados na correção e aproximadamente 60% da turma obteve um resultado inferior à média. Desta parcela, muitos discordavam e questionavam tais ensinamentos. Coincidentemente, aqueles que se opuseram a algum ato da professora obtiveram notas aquém da média da faculdade, levando a crer que a correção de suas provas foi baseada em critérios pessoais. Esses alunos apresentaram um requerimento solicitando uma revisão desta última prova. A professora indeferiu todos os pedidos, deixando-os perplexos e indignados pois, sem a menor dúvida, qualquer outro professor que porventura corrigisse tais provas, certamente alteraria as notas dadas.

No dia 11 de abril, a turma, por intermédio de seus representantes protocolou um requerimento sob o número 1434/02, reivindicando a revisão da primeira prova de Introdução ao Direito I e a divulgação dos critérios de correção da segunda prova, bem como o adiamento da prova final até que se cumprissem os dois primeiros pedidos. Neste mesmo dia, por estar ausente o Chefe de Departamento, o professor Agnelo Maia Borges de Medeiros, Coordenador do Curso de Graduação da FND, deferiu o pedido e o encaminhou à professora Maria da Penha. Em reunião com alguns membros da turma ela preferiu não tomar nenhuma atitude em relação à primeira prova, alegando que o prazo para que se requeresse revisão por banca já havia vencido mas ela iria monitorar a revisão da segunda prova.. Os alunos que continuaram a discordar das notas dadas – uma vez que suas respostas estavam embasadas em grandes juristas – reiteraram o desejo de obter uma avaliação justa.

Cabe mencionar um fato ocorrido no dia 12 de abril, em que foi aplicada prova final. A professora ameaçou reprovar todos os alunos que necessitavam fazer a prova final. Ainda segundo ela, os alunos da turma do primeiro período noite eram “bebês que pensavam poder fazer o que quisessem na faculdade”.

No dia 22 de abril, os alunos fizeram a prova final a qual não respeitou o tempo correto de aplicação. Até o presente momento, a turma aguarda uma solução para o caso.

Bate papo

Daniel Sarmiento, professor de Direito Constitucional da Cândido Mendes e da Emerj e procurador da República; Doutorando pela UERJ.

“É lamentável estudarmos com um currículo da época da ditadura”

A REFORMA: *O senhor teria algum conselho a dar aos estudantes da Nacional a respeito da carreira jurídica?*

DS: *Eu costumo aconselhar os estudantes de Direito, a não começar a fazer estágio cedo. O que acontece hoje é que as pessoas se formam sem saber Direito. Os alunos devem investir no estudo, não só das matérias relacionadas ao programa da faculdade mas também fazendo cursos como os de inglês e espanhol. Estágio, só no final da faculdade.*

A REFORMA: *Como o senhor analisa os currículos das faculdades atualmente?*

DS: *É lamentável estudarmos com um currículo da época da ditadura. Temos apenas um ano de Constitucional e anos de Direito Civil. Percebe-se nitidamente que não quiseram dar muito valor para Direitos Humanos. Há uma falta de base humanista. Matérias essenciais como filosofia, sociologia e história simplesmente não têm o espaço que merecem nem no ensino superior nem no ensino médio, onde também não são exploradas devidamente. Nos Estados Unidos - mesmo com*

todas as ressalvas ao esquema de ensino - o estudante termina a faculdade e estuda quatro anos de Ciências Sociais. No Brasil, essa falta de base humanista só contribui para um quadro em que agora o profissional sai da faculdade só pensando em fazer dinheiro.

A REFORMA: *É cada vez maior o número de faculdades de direito e conseqüentemente de alunos. Isso pode influir na qualidade do profissional ao se formar?*

DS: *Nas faculdades de Direito o aluno estuda na véspera da prova e reclama se tira 7,0. Já nas faculdades de medicina e engenharia, por exemplo, o aluno estuda muito mais, pois sabe que a cobrança será grande.*

A REFORMA: *Como o Senhor vê o fato do CACO estar acionando a via jurídica como complemento para a denúncia de atos escusos e irregulares ocorridos na Nacional?*

DS: *A via jurídica é o caminho mais indicado e eficaz. O papel do CACO é mesmo esse, o de denunciar irregularidades e o Ministério Público é a sede propícia para isso.*

Faculdade Nacional de Direito revive dias de ditadura

O processo eleitoral, pelo qual Armênio tentou, sem sucesso, se legitimar na direção da faculdade, nos faz relembrar os difíceis dias da ditadura militar.

Contrariando o princípio de moralidade norteador da administração pública, a direção da FND marcou - via portaria - em uma sexta-feira, 18 de janeiro, as eleições para diretor da faculdade.

As datas divulgadas foram 22 e 23/01, obrigando a oposição a se organizar em menos de 72 horas e tendo apenas um dia útil (segunda, 21) para realizar a campanha entre os alunos. A consulta à comunidade acadêmica deve ser convocada pelo órgão máximo deliberativo da faculdade, a Congregação.

Revoltado com tamanha falta de democracia, o CACO impetrou mandado de segurança requerendo a suspensão das eleições. Deferida a liminar na terça-feira (22), à noite cerca de 200 estudantes garantiram a suspensão efetiva da pseudo-eleição para diretor.

Amparados pela justiça os estudantes se aglomeravam na porta do auditório "Valadão" a fim de entrar na sala para garantir a segurança da urna e a realização do debate entre os candidatos, marcado e divulgado para as 19h. daquele dia.

Violando todos os critérios democráticos, os alunos foram barrados de forma truculenta por professores comprometidos com o candidato Armênio. A mobilização ganhou força quando, sob a testemunha dos estudantes, um diretor do CACO foi agredido fisicamente por Agnello Maia, professor do núcleo de poder da Faculdade.

Paralelamente a isso, o professor Armênio solicitou a presença de forças policiais ao batalhão da PM. Revivendo momentos típicos somente da ditadura

militar, quando a FND foi um centro de resistência, a Polícia Militar entrou na Faculdade, mesmo não podendo exercer suas atribuições legais dentro dos limites da Casa.

Finalmente confirmada a recusa covarde do diretor *pro tempore* em comparecer ao debate, deu-se início uma discussão franca e democrática do professor José Ribas, candidato de oposição à direção, sobre os rumos da Nacional.

Na quinta-feira (24/01), a liminar foi revogada. No mesmo dia o professor Ribas recebeu um telefonema ameaçando-o de morte caso comparecesse à faculdade. Imediatamente a Polícia Federal, a ADUFRJ (Associação dos Docentes da UFRJ) e representantes da OAB foram comunicados.

Inconformados com a resolução judicial e com os rumos da questão, os estudantes, amparados por um abaixo-assinado com mais de 700 assinaturas, organizaram um ato pedindo a realização urgente da Congregação e a paridade nos votos, i.e, com peso de 1/3 professores, 1/3 funcionários e 1/3 alunos (hoje 70% professores, 15% funcionários e 15% alunos).

O ato impossibilitou a realização das eleições, fazendo com que a direção se visse obrigada a ouvir os estudantes. Os três diretores executivos do CACO negociaram com a comissão eleitoral, que, cedendo à manifestação, assinou - juntamente com o Centro Acadêmico e o professor Ribas - um documento suspendendo a consulta acadêmica naquele dia.

Depois desse episódio, em 22/02, a direção marcou a reunião do Colégio Eleitoral, onde foi arbitrariamente decidida a lista tríplice fantasma (Armênio Cruz, Luís Alberto e Francisco Ama-

O professor Ribas, candidato de oposição à direção, debateu com os alunos os rumos da Faculdade Nacional de Direito.



ral). Vale ressaltar que a deliberação foi feita a portas fechadas, onde se permitiu somente a presença de três membros do Centro Acadêmico. Na porta da sala, seis seguranças armados - contratados pelo reitor Vilhena - barravam a entrada dos demais membros do CACO, bem como de cerca de cinquenta estudantes.

Em mais uma demonstração de desrespeito ao corpo discente, a direção elaborou uma lista com nomes de alguns alunos que seriam "privilegiados". Esses poucos - ao contrário dos outros cinquenta e dos demais representantes do CACO - tinham "passe livre" para assistir à reunião.

Diante de tamanho absurdo, o CACO, juntamente com o prof. Ribas, pediu insistentemente que se fosse votada a permissão para que a reunião fosse aberta a todos os alunos. Mas foi solenemente ignorado. Além disso, o chefe da comissão eleitoral, professor Francisco Amaral pediu que o prof. Ribas se calasse por tratar-se de um "mero professorzinho 20 horas", a despeito de ser um dos únicos professores com pós-doutorado (Universidade de Montpellier I - Certe/França) na Faculdade.

Participaram dessa tragédia vexatória os professores Francisco Amaral (presidiu a reunião), Professora Maria da Penha Cruz, Armênio Cruz (apenas assistiu sorrindo) Luís Alberto de Souza e Silva, Nilo Pompilho, Silvio Ricart (com voto "revolucionário", disse que queria Armênio diretor, pois o mesmo havia lhe prometido reativar as reuniões da Congregação e dos departamentos - só faltou prometer o Papai Noel), Celso Paupério, Roberto Litrento,

Carlos Alberto Abreu, bem como os funcionários Carmem Lúcia Macedo e João Esteves Barreiro (que não só são ligados à direção, como não foram eleitos pelos demais funcionários para votar na Congregação).

Os três votos do CACO foram, não pela realização da lista tríplice, mas por uma consulta verdadeiramente aberta à comunidade acadêmica, convocada via Congregação, com paridade nos votos, debate, prazos razoáveis para inscrição e divulgação.

Mas, como era de se esperar, novamente não foram considerados os interesses dos alunos desta Casa, ali representados pelo CACO. Foi aprovada a lista tríplice com o nome de professores ligados a esse grupo, que há muito controla a Faculdade e que, a cada dia, demonstra claramente seus interesses pessoais de se eternizar no poder e praticar os maiores desmandos, que só vêm a contribuir para o estabelecimento de uma estrutura fracassada, antidemocrática e autoritária, incapaz de oferecer uma formação de qualidade aos estudantes, bem como uma produção científica na FND.

Apesar de malograda as intenções de retirar o diretor Armênio do poder, o CACO mostrou sua força e não se rendeu sem lutar. A batalha ainda não está perdida. A principal vitória mesmo será a convocação da Congregação nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação para que se inicie um processo eleitoral justo, honesto e transparente, com a paridade dos votos na Comissão Eleitoral como melhor forma de participação democrática de todos os segmentos.



Os estudantes da FND acompanharam o desenrolar do processo que decidiu a eleição para diretor e protestaram contra as arbitrariedades.

A crise docente da FND

Universidade liberou concurso para contratação de quatro professores adjuntos, mas direção da Faculdade ignorou os prazos e não se justifica.

É público e notório que o quadro docente da Faculdade Nacional de Direito está mais do que defasado. Atualmente temos em torno de 30 professores efetivos em nossa unidade, dos quais metade está licenciada por motivos diversos. Não é possível que uma faculdade com 2.500 alunos tenha somente 15 professores dando aula. Diante disso, em cada começo de ano letivo são contratados professores substitutos – função criada originalmente para suprir perdas eventuais de professores, ou seja, função de “tapa-buraco” – que hoje são responsáveis por mais de 70% das aulas ministradas na FND.

O instituto do professor substituto já foi diversas vezes por nós criticado, não por que seja intrinsecamente ruim, mas pela forma indiscriminada como é utilizado na nossa Casa. Professores substitutos não podem ficar mais de dois anos lecionando na faculdade, o que acarreta uma alta rotatividade destes, tornando impossível manter a qualidade de ensino. Também, destes professores não é cobrado concurso para admissão, eles passam somente por um processo de seleção simplificado, sem provas. É por isso que se deve evitar ao máximo sua contratação.

Há quatro anos o governo federal não libera vagas para professores efetivos na UFRJ, foram quatro anos sem contratações reais. Neste meio tempo, centenas de professores se aposentaram ou se desligaram da Universidade e os quadros docentes tiveram que ser preenchidos com professores substitutos. Este foi um dos motivos da greve que parou as Universidades Federais em todo o país em 2001. E esta também foi uma de suas maiores vitórias. A mobilização conseguiu a liberação de vagas e garantiu a realização de concursos na UFRJ.

Professores substitutos não podem ficar mais de dois anos lecionando na faculdade, o que acarreta uma alta rotatividade

É de se esperar que todas as unidades estivessem mais do que ansiosas para contratar novos professores. No entanto isto não aconteceu na Faculdade Nacional de Direito. Ao ficar sabendo da existência de quatro vagas destinadas a nossa unidade, o CACO procurou a direção para cobrar a realização dos concursos e detalhes sobre estes. Ofícios foram encaminhados e reuniões foram marcadas. Como de

costume, nenhuma resposta foi obtida. Nossos ofícios foram sumariamente ignorados e, pasmem todos, em reunião com o CACO, o professor Armênio, Diretor de nossa Casa, alegou nada saber sobre concursos para professores efetivos. É incrível o desdém do dito professor pela faculdade que deveria administrar, em pleno prazo para inscrições de candidatos a professores, ele nada sabia a respeito.

O CACO tentou obter de todas as formas informações mais precisas sobre a realização dos concursos, que finalmente foram fornecidas pelos órgãos administrativos da Universidade, no Fundão, já que os órgãos de nossa Faculdade parecem fazer o máximo possível para manter o ar de mistério sobre todos os seus atos. A Faculdade Nacional de Direito tinha recebido quatro vagas para professor Adjunto de nível 4, o que significa professores doutores, submetidos a um concurso muito mais difícil de viciar do que aqueles que nossa direção está acostumada a promover. Porém os prazos para a inscrição de candidatos já haviam se encerrado de acordo com o edital da UFRJ. No entanto, prorrogação podia ser requerida, por justo motivo, pelo diretor da Faculdade. Mais uma vez o CACO procurou a direção para dar satisfações a este respeito e mais uma vez batemos com a cara na porta. Aparentemente o Diretor tem coisas mais relevantes para se preocupar do

que a reestruturação de nosso quadro docente.

Há que se perguntar agora qual o interesse da direção em deixar escapar tão preciosas vagas. Pode parecer absurdo a primeira vista, mas é bem plau-

Se não há efetivos novos, nunca vai haver oposição ao atual grupo que comanda a Faculdade.

sível quando se conhece a situação interna. Professores substitutos, aqueles que dão mais de 70% das nossas aulas, além de não passarem por concurso, não têm vínculo com a Casa, o que significa que não podem votar em consultas, se candidatar a cargos representativos de suas categorias, sentar na congregação e muito menos pleitear o cargo de diretor. Se não há efetivos novos, nunca vai haver oposição ao atual grupo que comanda a Faculdade. É de se esperar, então, que aqueles que pretendem se encastelar no poder, façam todo o possível para minar quaisquer possibilidades de que surjam professores com coragem para desafiar sua autoridade.

Tentando achar alguma solução para a questão das vagas perdidas, o CACO foi ao CEG – Conselho de Ensino de Graduação, órgão deliberativo

da UFRJ – para denunciar a situação da Faculdade e pedir ajudar ao colegiado. Lá, descobriu-se que o MEC tinha autorizado a diminuição de nível para aquelas unidades que não tinha sido capazes de preencher suas vagas. Ou seja, as vagas que eram para professores adjuntos, passariam a ser para professores assistente – para esta categoria só se exige que o candidato tenha mestrado, além da prova não ser tão rigorosa quanto a de adjunto. A representante da FND no CEG, professora Maria da Penha Cruz, mulher do diretor, alegou que não havia professores doutores interessados em fazer o concurso. É realmente difícil fazer com que as pessoas se interessem quando não se divulga a abertura de concurso em primeiro lugar.

Até o fechamento desta edição, a informação a este respeito era que a Direção tinha requerido ao CPPD – órgão responsável pela realocação das vagas, quem também forneceu a informação – a mudança de nível, ou seja, foram requeridas 4 vagas para professores assistentes. Aguardamos a publicação do edital para novo concurso até o dia 30 de abril. O CACO lutará para que o concurso que vai se realizar, seja o mais transparente e liso possível, apesar de já não ser o que deveria ter sido, apesar da perda das vagas de adjunto. Não podemos deixar que se repitam na FND as irregularidades ocorridas em concursos anteriores.

CACO revê o seu acervo histórico

Em seus 85 anos o CACO fez História. Apesar de todas as destruições sofridas ao longo de sua existência, muito desta História ainda permanece preservada em seus arquivos. São documentos, cartas, ofícios, sobre todos os tipos de assunto, que contam e esclarecem os detalhes que fizeram do Centro Acadêmico uma referência na vida política, cultural e acadêmica do país.

Infelizmente a maioria dos alunos da Faculdade não tem nenhum conhecimento sobre esta parte da nossa História. Isto se deve ao fato destes documentos terem ficado arquivados – as vezes até esquecidos – sem que nenhuma iniciativa de publicação de todo este material fosse tomada. Está na hora de isto mudar! O acervo histórico do CACO precisa ser organizado e posto em exibição. O trabalho já começou. Com a reforma da sede do CACO, uma das salas retomadas, até então utilizada

pela Direção como depósito de entulho, está sendo transformada em local de preservação histórica. Ainda é preciso fazer uma triagem dos documentos mais importantes para que uma pequena exposição permanente, aberta à visitação interna e externa, possa ser feita.

Mais material sobre a História do CACO também pode ser encontrado em arquivos de jornal, na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional e em diversos outros órgãos dedicados à preservação da História do país. É um trabalho de pesquisa longo, mas também muito gratificante. O objetivo do CACO é garantir o acesso dos alunos a toda informação histórica. Acreditamos ser este não só um direito de todos os estudantes, como próprios formadores da História desta Casa, mas acima de tudo um dever, uma vez que cabe a cada um de nós zelar pelo nome da FND que irá sempre nos acom-

panhar em nossas vidas profissionais.

Ainda na comemoração dos 85 anos do CACO e neste espírito de preservação e resgate da nossa memória, está sendo elaborada uma revista comemorativa, onde será feita uma retrospectiva da História do CACO a partir do ponto de vista de seus ex-membros. A maioria dos depoimentos já foi recolhida e os trabalhos da revista já estão bem adiantados.

O CACO é formado pelos alunos da Nacional. Sem a ajuda de todos nosso trabalho fica muito mais prejudicado. Se você tem interesse em algum desses projetos – ou tem outra proposta, sobre qualquer assunto – não hesite em nos procurar. Se você tem interesse especificamente nos trabalhos de resgate histórico, procure a Maíra Fernandes (4PM), Christianne Flores (4PM), Ana Paula Pinheiro (2PM) e Johnny Felipe (5PM).

Uma imagem das eleições

Fabiano Serra (8º período)

Aproximam-se as eleições e, involuntariamente em um momento particularíssimo que somente tal contexto pode propiciar, abre-se espaço para observação de fenômenos que, não obstante à primeira vista apresentarem-se como expressões características e reafirmadoras de uma atmosfera democrática, onde a igualdade formal, exaustivamente reiterada, por um instante materializa-se, expõem deformidades profundas de uma sociedade politicamente frágil e imatura.

Se há algo que se concebe como irrefutável é que somente através de profundo esclarecimento e discussão acerca de propostas, opiniões, formação ideológica..., poder-se-ia cobrar uma resposta convicta, ou ao menos, respaldada em elementos com um mínimo de solidez. O conteúdo de tais respostas, não como demonstração de concepções políticas particularizadas, mas sim visto através da qualificação argumentativa e estrutural de pensamentos, reflete precisamente de que maneira se faz o trabalho de exposição dos atributos e adjetivos dos pleiteadores.

Pois bem, claros e evidentes são os exemplos que demonstram que temos legitimado a perpetuação de correntes políticas que se poderia mesmo dizer incompatíveis com o próprio exercício

do instituto da representação, que exige uma atuação não apenas coerente e responsável no trato com a coisa pública, mas dialeticamente voltada à valorização do elemento humano, não tomado este isoladamente, mas necessariamente contextualizado em seu meio.

Com a crescente busca de rapidez e objetividade na transmissão de informações, tendo por escopo a assimilação mais imediata destas, verifica-se uma depreciação contínua dos instrumentos de interação para formação da vontade política. Não há mais cartazes com explicações pormenorizadas a respeito de planos de gestão, argumentando-se que devem ser eles os mais diretos possíveis; raramente montam-se comícios ou se “perde tempo” com atos de exposição pública sobre a alegação de que é mais viável a utilização de meros minutos no horário eleitoral o qual ainda tem a vantagem de atingir o maior número de interessados.

Apesar dessa “dinamização” da informação, o que se nota é uma falta quase que absoluta da circulação de idéias e críticas, debates de posturas e condutas políticas pelas cidades. Gasta-se verba de campanha com santinhos e pedaços de plásticos (quanto mais coloridos melhor), sem mencionar a ferrenha disputa por outdoors. Todos estes instrumentos

de propaganda contendo a fotografia do pleiteante e, quando muito, uma frase de slogan.

Eleição conceitua-se em nossa realidade como um negócio, e para tanto o produto precisa ser bem apresentado o que requer grande disponibilidade de capital para contratação de boas empresas de publicidade capazes de, por vezes, transformar indivíduos sem mínimos atributos pessoais que os credenciassem sequer a síndicos, a tornarem-se representantes de milhares de cidadãos.

Na propaganda eleitoral gratuita coligações ou mesmo partidos isolados tem, relativamente, enorme tempo a ser utilizado, enquanto outros utilizam-se de meros segundos, quando muito poucos minutos, sob a proteção de terem maior número representantes no Congresso Nacional. Coincidentemente, são os mesmos que possuem mais recursos para seus empreendimentos eleitorais a serem aplicados em mais cartazes multicoloridos de conteúdo estéril.

O carisma pessoal, que deveria ter sensível relevância e ser determinante para o sucesso eleitoral, pois denota a capacidade de articulação individual, sucumbe ante o poderio econômico que, utilizando-se de modernas práticas de marketing eleitoral, transforma inexpressões em figuras eminentes ao adotar, para

chegar ao triunfo, uma concepção estética que seja palatável.

Não obstante tratar-se de Direito Fundamental revestido pelas características da inalienabilidade e indisponibilidade, o voto, tão caro às gerações passadas e concebido como solução a todas as chagas sociais vêm sendo paulatinamente banalizado, pois para que possa atingir toda a sua plenitude ele exige prévia discussão, não se resumindo às vésperas do pleito, visto que existe uma continuidade, um burilamento dos pensamentos instrutórios da convicção individual e coletiva. Não se consumando tal período prévio interrompe-se o processo, quebra-se a relação dialética necessária a construção de uma Democracia verdadeiramente participativa.

Depreende-se, com efeito, todavia aumente o corpo eleitoral, o que poderia levar a um entendimento de que se está referendando com maior legitimidade a representação, que o determinante na formação do convencimento é mais uma intuição que uma convicção, mais o aceitar que o afirmar. Vota-se mesmo premido por uma sensação que toma lugar à segurança oferecida por uma cultura política construída através do contínuo debate e exercício das próprias faculdades humanas - tão mitigadas - de interação e diálogo democráticos.

Decepção universitária

Raquel Barroso (5º período)

É impressionante o descaso existente com a faculdade pública neste país. Não gostaria jamais de generalizar tal afirmativa, até porque na totalidade das universidades federais, há cursos, mesmo que limitadamente, bem cuidados, outros nem tanto. Alguns quase nada.

Dirijo-me especificamente a analisar a faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, conhecida também como a Faculdade Nacional de Direito (FND), exatamente onde estudo e sempre quis estudar, desde os tempos de segundo grau em Resende.

Bem, para ingressar lá, precisei estudar o suficiente para ultrapassar milhares de candidatos, sendo vários destes advindos de colégios famosos localizados na capital. Assim, obtive, legitimamente, a tão almejada vaga. Até aí, ótimo pra mim: logrei êxito, alcançando o objetivo inicial.

Quando tive, então, de realizar a matrícula, precisei comparecer diretamente ao prédio da FND, o qual é localizado no centro da cidade. Lembro-me bem de ter ido na companhia de meus pais, já que eu não tinha muita noção, naquela época, de onde ficava a faculdade. No momento em que dobrei a esquina da Praça da República e adentrei na Rua Moncorvo Filho, logo levei um susto. Por mais que eu soubesse que a fachada estava mal conservada, o impacto de encarar aquela visão infernal rapidamente provocou-me suspiros de espanto. Ah, tudo

bem, isso é o de menos... não é verdade? Afinal de contas, todas as universidades federais são sucateadas, mal tratadas. Sempre se ouve este tipo de comentário nos jornais, ou então pela própria boca do povo. No Brasil é assim mesmo, pensei comigo.

A partir disto, veio o início do período. Logo de cara, imaginei assistir a alguma aula em que o diretor se propusesse a entrar em classe e dar boas vindas aos “calouros” da faculdade... mas, puxa, isto não aconteceu! Que bobinha fui eu de achar que nós, alunos, gozaríamos de uma direção efetivamente preocupada com o ensino. Esqueci-me de um importantíssimo detalhe: minha faculdade não tem dono. O dono é a coletividade. É a nação. O Estado. E ser diretor, ou então obter cargo importante, na “**Faculdade Nacional de Direito, da Universidade Federal do Rio de Janeiro**”, tradicional recinto formador de grandes juristas do ordenamento pátrio, é algo seriamente considerável em termos de promoção pessoal.

O poder adquirido por aqueles que ocupam tais cargos, muitas vezes, proporciona enorme prestígio profissional, o que acaba por preencher maliciosamente a vaidade de alguns aproveitadores, que estarão, certamente, em total discordância com os legítimos interesses da universidade pública.

Decorrem exatamente destas premissas as péssimas condições em que se encontra a minha querida faculdade de Direito.

Não hesito em afirmar que persiste um complô nacional, ou até internacional, dizem alguns, para que se deteriore o ensino jurídico público deste país. Proporcionar um amplo ensinamento de Direito significa, principalmente, formar juristas capazes de avaliar e criticar profundamente a falsa democracia ocasionada, justamente, por aqueles que permanecem há anos no poder. Não interessa, portanto, que se aperfeiçoem as pesquisas, que se estendam as pós-graduações, que se realizem novos concursos públicos para professores efetivos, ou mesmo a implantação de métodos inovadores na aquisição do conhecimento.

Aliás, em se tratando de admissão de professores, cumpre destacar que esta tarefa vem sendo realizada de forma arbitrária pela direção da faculdade, visto que o processo necessita da mais pura transparência, bem como ampla publicidade, requisitos que não vêm sendo cumpridos com afinco. Enseja-se, por isso, um ensino de má qualidade detectado por grande parte dos alunos, sendo minha turma testemunha de verdadeiras aberrações ditas em salas de aula, como “resistro”, “seje”, “judeuses”, entre outras expressões estapafúrdias. É óbvio que se constituem estas situações como exceções, porém inadmissíveis, tendo de ser expurgadas de uma universidade como a UFRJ! Graças ao bom Deus, os alunos integrantes da Nacional estão atentos para estes absurdos, devidamente baseados no bom nível educacional que apresentam.

Poderia eu me alongar e explanar uma série de problemas existentes na Faculdade Nacional de Direito, mas seria demasiado longo o texto, tornando-o cansativo. Gostaria de, com esta singela apreciação, destacar meu legítimo protesto contra a insana política implementada pelo governo federal para com o ensino público, em especial o jurídico, já que muitos dos problemas, tanto os de origem acadêmica quanto política, são conseqüências diretas ou indiretas desta forma viciada de condução do ensino.

Permitindo-me, mais uma vez, trazer a questão para o plano pessoal, diria que a adolescente que saiu de casa, no interior do estado, para estudar numa universidade pública na capital, encontra-se um tanto decepcionada. Decepcionada com o ensino que lhe é oferecido. Decepcionada com a Direção acadêmica, que não lhe propicia o auxílio devido e ainda age em nome de seus próprios interesses. Decepcionada com o governo federal, que apenas faz maquiagem a universidade pública, fingindo estar investindo concretamente na melhoria do ensino. Decepcionada com grande parte de seus professores. Decepcionada por saber que muitos dos melhores mestres em Direito, que poderiam estar lecionando na Nacional, estão sendo bem pagos por cursos jurídicos e faculdades particulares. Enfim, decepcionada. Mesmo.

Ainda bem que eu amo o Direito. Será o bastante?

Abraços a todos.

Manifesto dos jovens idealistas

Johnny Felipe A. de Lima

Somos tão jovens e nosso legado não há de ser facilmente esquecido. Somos intrépidos guerreiros, não fugindo à luta contra os distúrbios do mundo, Contra a agonia da nossa Nação Brasileira...

Assistimos à apatia de nossos governantes, À ineficácia das políticas públicas, à corrupção, Ao ceticismo em cada rosto estampado, À fome, à destruição, às guerras. A sensibilidade nos leva às lágrimas.

Não nos conformamos com o sofrimento de muitos, com o descaso, Com a cobiça de alguns que a tantos destrói, Com a exploração do homem pelo homem, com a loucura, Com a demência deste ser que se diz racional...

Somos combativos, inspirados, sonhadores. Muitos zombam de nosso esforço, dizem que nada conseguiremos, Mas não abandonamos a utopia. Reafirmamos nossa esperança a cada novo dia nas passeatas, Nos comícios, nos protestos, nos pátios das universidades.

Não nos omitimos, não nos calam. Denunciamos as fraudes, as indecências, Os crimes contra os oprimidos. Permanecemos incansáveis na peleja contra o caos...

Somos muitos, unidos por um gigantesco objetivo. Lutamos, provocamos, incomodamos. E cantamos o hino de um de um novo tempo, De um Brasil mais justo e igualitário, De uma Terra mais solidária e humana.

Por acaso, o fim?

Guilherme Tolomei

- Eu quero terminar tudo!
- Mas como assim terminar tudo ?
- Eu percebi que não existe mais nada entre nós !
- Calma aí, eu ...
- Não tente contornar a situação, nossa relação já está desgastada!
- Desgastada?
- Claro, não finja que você não percebeu ! Não podemos mais levar isso adiante!
- Não pode ser ...
- Mas é. Entenda você é uma mulher bonita e logo encontrará um homem que a ame.
- Você deve estar louco !
- Nunca estive mais lúcido em toda minha vida. Tem certas coisas que são inexplicáveis...
- Espera aí, eu não sei do que você está falando, não sei quem você é e nem ao menos sei o seu nome.
- Como não? São quinze meses de namoro, não acha que uma amnésia a essa altura da situação não é um pouco cômica ?
- Volto a repetir: não te conheço. Nunca te vi na minha vida.
- Não pensei que você tivesse

tanta mágoa de mim Maria Cristina.
- Como você sabe o meu nome?
- Da mesma forma que eu sei que você adora que beijem o seu umbigo.
- Como você sabe disso? Você fez alguma pesquisa sobre mim? Espera aí, você é algum fanático. Olha que eu grito.
- Não brinca com isso Maria Cristina. Você tá me deixando assustado.
- Desculpa, não foi minha intenção.
- Nunca é a sua intenção. Você já pensou que agora eu posso ter descoberto que eu não tenho passado e que na verdade nunca existi. Sabe o que isso significa?
- Não! O quê?
- Eu sou uma ilusão. Um nada. Algo que é sem nunca ter sido. Isso vai criar inúmeros traumas a partir de hoje. Vou gastar uma fortuna de analista.
- O meu caso é pior. Posso ter descoberto que sou louca. Minha mãe vai perguntar como foi o encontro com o meu namorado. Mas que namorado? Eu tenho namorado? Vou descobrir, então que a mi-

nha mãe já morreu há dez anos. Ou será que não morreu? E por fim vou ficar fugindo da minha própria insanidade...
- Calma também não precisa começar a chorar. Eu estou aqui. Se lembra daquela natal na serra, que o seu tio ficou bêbado...

Os dois começaram a conversar, ela descobriu que ele sabia fazer a lasanha de frango, sua comida predileta. Ele por sua vez descobriu que ela não se lembraria nunca do Carnaval que ele passou sozinho em Salvador:
- Você também. Eu adoro pintura!
- Eu sei. Namorei com você bastante tempo pra saber. Inclusive a gente começou a namorar justamente numa exposição de arte.
- Não acredito.

Se divertiram. Ela riu das coisas que havia feito, depois jogou o cabelo pro lado. De repente suas mãos se tocaram. O beijo, por fim, foi inevitável.

E só. Ele se virou de costas e foi embora. Já estava decido a terminar com ela desde o início da crônica .

LIVRARIA LARGO DO CACO

Ao lado da Faculdade Nacional de Direito
Tel. 25097946

A Livraria Largo do CACO sempre ao lado dos estudantes da Faculdade Nacional de Direito, agora oferece:

CURSOS DE ATUALIZAÇÃO E REVISÃO DE PORTUGUÊS

Curso de atualização em Língua Portuguesa, abordando todo o conteúdo gramatical, vocabulário, interpretação de texto e estilística. Teoria e prática. Desenvolvimento da competência necessária para o falar e escrever bem. Material incluído. Certificado de conclusão.

Preço especial para alunos da FND!
Maiores informações na Livraria.

FeNeDêQuistão

Compay e Compay Segundo

O FeNeDêQuistão é um país de pequena população, aproximadamente 2.500 habitantes, com economia baseada no comércio (de vagas) e pequenas atividades extrativistas, dentre elas a pesca. Este pequeno território é o reduto do figurão Penha Bin Peixen - expulsa do Suesquis-tão, líder do grupo Al-Sardinha, cujas atividades pesqueiro-terroristas geram descontentamento no mundo civilizado acadêmico.

O grupo Al-Sardinha, e principalmente seu cabeça, tem o apoio da milícia Al-Sapão controlada pelo mula MohArmênio, fundamentalista tirânico cujo governo só é reconhecido pelo Reitorquistão.

Os freqüentes atentados à idoneidade acadêmica do FeNeDêQuistão foram assumidos pelo grupo Al-Sardinha através da utilização de peixes-bomba, que deterioram a estrutura de ensino local.

De geografia irregular, mas com fachada reformada, o FeNeDêQuistão dificulta o trabalho de busca e apreensão dos terroristas, pois estes se escondem nas frestas, rachaduras e cavernas da Casa, além de salas inutilizadas e/ou trancadas. A única forma de contato com o mundo civilizado



acadêmico por parte dos terroristas é a TV local Al-Jacuzzi, que reproduz imagens de Penha Bin Peixen, com seu grupo, prometendo o início do Fachad (A Pica-retagem Santa) para destruir ainda mais as estruturas restantes no país, fundamentada na fé em Ef-Agá e utilizando-se de passagens do Al-Şifrão (interpretadas conforme seus objetivos).

Concepções de trote universitário

Há muito tempo se instituiu uma prática nas universidades de recepção e boas-vindas aos calouros, denominada trote, que consistia numa série de brincadeiras com os novatos. Esta prática chega aos dias atuais cheia de vertentes, sendo um reflexo da nossa sociedade.

Dizia-se que a finalidade do trote era estabelecer o primeiro contato dos calouros com o estabelecimento no qual está ingressando, promovendo a integração destes com os alunos mais antigos (os veteranos) e com seus próprios colegas, culminando em chopadas de pequeno porte, mas capazes de satisfazer esse ideal.

Com o tempo, esse ideal integrador vem desaparecendo, dando lugar a trotes vexatórios, em sua maioria classificados como geradores de renda para a chopada da Faculdade. A preocupação social do trote é posta de lado; dá-se ênfase ao aspecto comercial e aos interesses individuais de quem o realiza, o que resulta nas "chopadas-eventos", as quais se apresentam atualmente mais como festas do que como chopadas.

Essa tendência tem transformado o ambiente universitário, que não mais consegue promover a integração entre todos os alunos da instituição, e nem mesmo um mínimo contato entre todas as pessoas das turmas; hoje em dia a Faculdade vem se tornando apenas um ponto em comum entre todos os alunos, e não um local de se construir amizades fortes.

É importantíssimo o resgate do ideal de um trote, de uma chopada, acrescentando, sem dúvida, uma nova concepção — a de um trote social — calcada em campanhas de arrecadação de alimentos, doação de sangue, entre outras atividades importantes para a população que, afinal, sustenta nosso ensino mediante pagamento de impostos (apesar da má distribuição das verbas relativas à educação). O CACO entende que, desta forma, vincula-se o trote ao exercício da cidadania por parte dos estudantes, o que proporciona um ambiente mais amistoso entre os membros da FND e benefícios à sociedade em geral.

Agenda do CACO

Projeto Seis e Meia da Escola Superior de Advocacia

Entrada Franca
Av. Marechal Câmara, 150 - 4º andar
Tels.: 2272-2098 e 2272-2099
e-mail: esa@oab-rj.org.br
Serão atribuídas 3 horas de estágio pela OAB/RJ

- 08/05 - 4ª feira, 18:30h
Direito e Internet, com Octávio Neves
- 22/05 - 4ª feira, 18:30h
Direito do Consumidor, com Maria Guadalupe Piragibe da Fonseca
- 05/06 - 4ª feira, 18:30h
A Legislação Eleitoral Brasileira

Programação do primeiro semestre de 2002 da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro

- 2, 9, 16 e 23 de maio, das 18:30 às 20:30h
Fórum Cultural - Curso Livre II
Uma Breve História da Cor na Arte Moderna
Coordenador: Luiz Camillo Osório (Prof. de Filosofia – UNI-RIO/ Crítico de Arte - JB)
- 08/05 de 18h às 21:30h
Tribunais na Tela III
Filme: *Seção Especial de Justiça – Section Especial – 1975*
Debatedores: Marcus Faver (Desembargador / Presidente do TJ/RJ) e Marcelo Cerqueira (Advogado / Presidente da IAB)
- 29/05 às 18:30h
Quartas Literárias I
Retalhos para um Recital - Baseado na obra de Adélia Prado
Direção: Ronaldo Serruya
Companhia Teatro Literarium
Elenco: Andréia Ribeiro, Arlete Heringer, Júlia Scheaffer, Júlia Spadaccini e Simone Franco
- 6, 13, 20 e 27/06 de 18:30h às 20:30h
Fórum Cultural - Curso Livre III
Ética e Justiça
Coordenador: Olinto Pegoraro (Prof. de Filosofia – UERJ)
Inscrições: Maio

- 12/06 de 18h às 21:30h
Tribunais na Tela IV
Filme: *Questão de Honra / A Few Good Men*-1992
Debatedores: Arthur Lavigne Junior (Advogado) e Coronel João de Oliveira Mattos (Oficial da Escola Superior de Guerra – ESG)
- 26/06 às 18:30h
Quartas Musicais II
Concerto: A Nobre Viola da Gamba
Com: Kristina Augustin
- 03/07 de 18h às 21:30h
Tribunais na Tela V
Filme: *Erin Brokovich / Uma Mulher de Talento* - 2000
Debatedores: Elton Martinez Carvalho Leme (Juiz de Direito/TJRJ) e Alfredo Sirkis (Secretário Municipal de Urbanismo)
- 31/07 às 18:30h
Quartas Musicais III
Concerto de Violão, com Marcus Ferrer
Convidado: João Hermeto
- 04, 11, 18 e 25/07 e 1º/08 de 18:30 às 21:30h
Tribuna Livre – Ano II
Tema: Responsabilidade Social, Justiça e Paz
Inscrições: Junho
- 04/07
Paz: Questão Fundamental, com Leonardo Boff (Teólogo)
- 11/07
Transparência e Responsabilidade Social, João Supcira (Economista/Ibase)
- 18/07
A Justiça e os direitos dos cidadãos, com Sérgio de Souza Verani (Desembargador TJRJ e Prof. Direito - UERJ)
- 25/07
Renda de cidadania, com Eduardo Suplicy (Economista e Senador)
- 1º/08
Sociedade do Espetáculo x Valorização da vida, com Joel Birman (Psicanalista e Prof. da UERJ)

Semana Jurídica do CACO, em maio – aguarde!

Jogos Jurídicos Nacionais

Previsto para acontecer entre os dias 30 de maio a 2 de junho na aconchegante cidade catarinense de Blumenau, o maior e mais badalado evento esportivo jurídico do país promete ser inesquecível em sua décima terceira edição. Este ano, a A.A.A.FND (Associação Atlética Acadêmica da Faculdade Nacional de Direito) levará a maior delegação de sua história, com aproximadamente 300 pessoas, com a certeza de que o Sul ficará pequeno para receber aquela que é considerada a delegação mais animada, bonita e disposta do evento.

Os Jogos Jurídicos Nacionais deste ano contarão com a participação de dezessete faculdades de Direito do Brasil. Além da UFRJ, a UERJ, UFF, Faculdade de Direito de Campos, PUC-Rio, Candido Mendes, FUMEC, UFMG, Milton Campos, PUC-MG, Vianna Junior, PUC-PR, UFPR, UFSC, Univali, Faculdade de Direito de Curitiba e Faculdade de Direito de Joinville estarão no torneio disputando o almejado título de

campeão jurídico nacional.

Os preparativos de nossa faculdade estão em fase final. Os treinos das nossas bravas equipes já começaram, porém sempre estão abertos a novos atletas que queiram representar, com muita honra e disposição, a camisa de nossa faculdade.

Preparem-se! Todos aqueles que gostam de praticar esporte, de uma boa diversão e de conhecer melhor as pessoas de nossa faculdade, têm um encontro marcado no próximo mês de maio em Blumenau, que por quatro dias será a capital nacional da curtidão. A A.A.A.FND, por meio de seu presidente e diretores, convida todos os alunos da maior Faculdade de Direito do Brasil a participarem do grande evento do ano. Os interessados que ainda não garantiram presença e queiram mais informações, podem visitar a sala da Atlética no primeiro andar da faculdade ou se associarem ao grupo de e-mail, enviando mensagem para atleticaadafnd@nossogrupo.com.br.

Informes

- Estamos no início da nossa gestão, então é importante a participação dos alunos da FND, para que esta Faculdade volte a ser um centro fomentador de cultura e saber. Portanto, participe dos eventos sócio-culturais, pelo resgate da cultura e do ideal social em cada um, pelo incentivo à conscientização, debate e construção de um novo modelo de estudante, que não apenas se conforma com as ideologias que

lhe foram apresentadas, mas que constrói um pensamento em cima do que lhe foi passado, trazendo o papel crítico do estudante ao Direito e ao seu estudo.
- Estamos agendando uma Roda de Samba para agitar a calourada neste início de período, aguardem novos informes.
- Em breve, a volta da festa *Habeas Copus*, para matar a sede dos alunos da FND por uma boa festa!